

Panorama histórico da educação brasileira:
uma perspectiva desde as **políticas da educação**

Fonte:

SAVIANI, Dermeval. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 24, p, 7-16, junho 2008.

Política educacional: decisões tomadas pelo poder público em relação à educação.

O caso brasileiro: **duas características estruturais...**

1. A **escassez** dos recursos financeiros
(resistência histórica das elites)

2. A **descontinuidade** das medidas
(sequência desconexa de reformas)

Os marcos inaugurais:

Regimentos de D. João III (1548);

Plano da **redízima** (1564);

Ratio Studiorum (1599).



Victor Meirelles – *A primeira missa* (1860). Óleo sobre tela. Museu Nacional de Belas Artes.

O período **pombalino** (1759 – 1827)

Expulsão dos jesuítas e fechamento dos colégios;

Introdução das “**aulas régias**”;

Instituição do “**subsídio literário**” (1772).

1827

Lei das Escolas de Primeiras Letras

Período **imperial** (séc. XIX)

Tendência à **desoficialização** e à **descentralização** do ensino

O ensino “livre” e o ensino sob **jurisdição das Províncias**

Ato Adicional à Constituição do Império (1834)

Reforma **Leôncio de Carvalho** (1879)

Média anual de investimento do Governo Imperial em Educação
(1840-1888):

1,80% do orçamento

Os discursos parlamentares:

“Na instrução pública e na **educação** está o **segredo da multiplicação dos pães**” (Almeida Oliveira, 1882);

“Assim como cada habitante concorre para as despesas de iluminação, águas, esgotos, calçadas, estradas e todos os melhoramentos locais, assim contribua para **o mais importante deles, a educação dos seus concidadãos, o primeiro dos interesses sociais em que todos somos solidários**” (Tavares Bastos, 1870);

“Nenhum país tem mais oradores nem melhores programas; **a prática**, entretanto, é o que falta completamente”
(Agassiz, 1865);

“O Estado, no Brasil, consagra a esse serviço apenas **1,99%** do orçamento geral, enquanto as despesas militares nos devoram **20,86%**” (Rui Barbosa, 1882).

1ª República (1889 – 1930)

Quadro de estagnação geral do ensino

País acumula um índice de **65% de população analfabeta**

Protagonismo das **reformas de ensino estaduais** (descentralização)

A plethora de reformas e a **metáfora do pêndulo**



Centralização X Descentralização

Regulamentação X Liberdade

Estudos científicos X Estudos humanísticos

Caráter teórico-abstrato X Caráter prático-vivencial

Constituição de 1934

Criação da **vinculação orçamentária**



União e municípios não deveriam nunca aplicar menos do que **10%** e os **estados 20%** da arrecadação dos **impostos** na manutenção e desenvolvimento dos **sistemas educacionais**.

Processo de **centralização**:

- Reforma **Francisco Campos** (1931);
- Reformas **Gustavo Capanema** (1942 e 1946);
 - **Lei de Diretrizes e Bases** (1961);
- **Legislação do regime militar** (1967 e 1971).

Constituição de 1988

Reestabelecimento da vinculação orçamentária:

União: 18%

estados: 25%

municípios: 25%

“O Brasil chegou ao **final do século XX** sem resolver um problema que os principais países, inclusive nossos vizinhos Argentina, Chile e Uruguai resolveram na **virada do século XIX para o XX**: a **universalização do ensino fundamental**, com a consequente **erradicação do analfabetismo**. Para enfrentar esse problema, a **Constituição de 1988** previu, nas disposições transitórias, que o Poder Público nas suas três instâncias (a União, os estados e os municípios) deveriam, pelos dez anos seguintes, destinar 50% do orçamento educacional para essa dupla finalidade”

A nova República (1988 – XXXX):

Plano Decenal Educação Para Todos (1993);

Nova LDB (1996);

FUNDEF (1997);

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

Plano Nacional de Educação (PNE – 2001);

FUNDEB (2006);

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE – 2007)